



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte**
2 **e oito dias de novembro de dois mil e doze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais
3 de saúde, conforme lista de presença em anexo. O presidente **Porsani** iniciou a reunião,
4 dando as boas vindas aos presentes. Convidou um conselheiro trabalhador para compor a
5 Mesa Diretora, manifestando a Sra. **Marlene**. Realizou a leitura das pautas, sendo: **I.**
6 **Informes; II. Votação das atas de 30 de maio, 13 de junho, 12 e 26 de setembro, 10 de**
7 **outubro e 24 de outubro; III. Apresentação, discussão e deliberação sobre o Plano de**
8 **Ações e Metas 2013, do Programa Municipal DST/AIDS de Campinas; IV. Apresentação,**
9 **discussão e deliberação sobre o convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Centro**
10 **Corsini; V. Apresentação, discussão e deliberação sobre o convênio entre a Secretaria**
11 **Municipal de Saúde e a Irmandade de Misericórdia de Campinas.** Informou que a Secretaria
12 Municipal de Saúde solicitou a retirada da pauta IV (Apresentação, discussão e deliberação
13 sobre o convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Centro Corsini). **I. Informes:** a
14 conselheira **Neide** informou que deixou com o Sr. Mariante um documento confeccionado
15 no Distrito Noroeste, de um questionamento realizado pelo COREN, sobre atividades dos
16 profissionais de Enfermagem na dispensação de medicações. Falou que o Distrito Noroeste
17 está com número de funcionários de farmácia reduzido. Encaminhou uma moção,
18 solicitando uma resolução imediata, pois essa situação vem acarretando problemas. A
19 conselheira **Maria Helena** falou sobre a inauguração do UPA Centro e parabenizou a
20 coordenadora da unidade, pelo seu empenho em fazer uma construção em três meses.
21 Parabenizou o Sr. Wagner, pela sua colaboração nessa reforma. Falou sobre o evento de 27
22 de outubro, onde poucos conselheiros participaram, sendo que este evento era muito
23 importante. A conselheira **Maria Gil** falou sobre a situação nas farmácias das unidades do
24 Distrito Sudoeste, onde faltam funcionários. Falou sobre o aditivo no CHOV e sobre as
25 reclamações das faltas dos usuários. Solicitou que as unidades esclareçam melhor os
26 usuários. Falou que existem muitas reclamações na Maternidade de Campinas, onde os
27 médicos residentes saíram. A conselheira **Izabel** realizou a leitura do manifesto do
28 Movimento Popular de Saúde, juntamente com a conselheira **Maria Helena**. O conselheiro
29 **Gerardo** propôs que, embora o tema não esteja na pauta, este manifesto fosse aprovado
30 como resolução do Conselho Municipal de Saúde. O Sr. **Plácido** falou que os conselheiros
31 têm um mandato e a autoridade de fiscalizar e decidir sobre a Saúde em Campinas. Falou
32 que passou um email, no dia 23 de novembro, sugerindo uma pauta. Falou que, toda vez
33 que utiliza o SUS, verifica o total desconhecimento da legislação, por parte dos funcionários.
34 Falou ser incrível como um funcionário do SUS faz menção a uma portaria já revogada.
35 Sugeriu que o CMS discuta as leis que regem a Saúde Pública. A conselheira **Marlene** falou
36 que desde o dia 13 de outubro existe um novo serviço, consultório na rua, com uma perua
37 adesivada. Informou que os funcionários utilizam uma camiseta marcante e que o serviço
38 precisa de mais profissionais médicos. O presidente **Porsani** informou que o CMS
39 encaminhou ao Ministério Público uma solicitação de reunião, para continuidade na
40 discussão sobre a municipalização do CHOV. Lembrou que a Prefeitura criou uma comissão



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 para estudos sobre a municipalização, no formato de autarquia, sendo apresentada na
42 última reunião. Informou que a reunião, no Ministério Público, foi realizada no dia 23 de
43 novembro, com representantes da SMS, da SPDM, do CHOV e do CMS. Informou que o
44 Conselho deverá debater sobre o tema na próxima reunião, em dezembro. Realizou a leitura
45 de trechos da ata da reunião com o Ministério Público. Informou sobre os convites
46 recebidos, sendo para a 9ª Oficina Integração Pró-Saúde, para as atividades do Programa
47 Municipal DST/AIDS, no dia mundial de luta contra a AIDS, para o evento de certificação dos
48 jovens do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos “Cidadania Hoje”, para o I
49 encontro de apoio matricial na área de reabilitação em Campinas, para o lançamento do
50 projeto de prevenção “Valores que formam”. Falou sobre o ofício encaminhado pelo CETS
51 solicitando a indicação de um membro do Conselho para participar da comissão deste
52 serviço. O conselheiro **Luís** ressaltou que o Centro de Referência em Reabilitação
53 apresentará todos os programas e parceiros no dia 04 de dezembro. Convidou a todos os
54 conselheiros. O presidente **Porsani** questionou os conselheiros se existia alguma
55 discordância na proposta do conselheiro **Gerardo**. Em processo de votação, o Conselho
56 Municipal de Saúde **APROVOU o manifesto do Movimento Popular de Saúde, como uma**
57 **resolução deste Conselho**, com 01 (uma) abstenção. **II. Votação das atas de 30 de maio, 13**
58 **de junho, 12 e 26 de setembro, 10 de outubro e 24 de outubro:** a Sra. **Ivonilde** questionou
59 se existia alguma consideração. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde
60 **APROVOU a ata de 30 de maio**, com 03 (três) abstenções. Na ata de 13 de junho, a
61 conselheira **Raquel** declarou que votou na autarquia, como modelo de gestão. A Sra.
62 **Ivonilde** esclareceu que a Secretaria Executiva verificará se a conselheira assinou
63 devidamente a lista e se participou desta votação. Em regime de votação, o Conselho
64 Municipal de Saúde **APROVOU a ata de 13 de junho**, com 05 (cinco) abstenções. Uma vez
65 que não tiveram considerações, em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde
66 **APROVOU a ata de 12 de setembro**, com 04 (quatro) abstenções. Referente à ata de 26 de
67 setembro, a conselheira **Maria Helena** alegou que não falou o que consta nas linhas 40 e 41.
68 Considerando a fala da conselheira, em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde
69 **APROVOU a ata de 26 de setembro**, com 05 (cinco) abstenções. Referente à ata de 10 de
70 outubro, a conselheira **Lizandra** solicitou a correção na linha 169, onde se lê “Ana Cláudia,
71 leia-se “Ana Luiza”. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a ata**
72 **de 10 de outubro**, com 03 (três) abstenções. Uma vez que não tiveram considerações, em
73 regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a ata de 24 de outubro**, com
74 04 (quatro) abstenções. O conselheiro **Trombetta** questionou a quantidade de atas enviadas,
75 afirmando que se tiver atas atrasadas cancelará a reunião. Afirmou ser impossível ler tantas
76 atas em tão pouco tempo. O presidente **Porsani** lembrou que o CMS já discutiu a questão
77 das atas e que uma resolução foi aprovada, visando à simplificação das atas. Informou,
78 ainda, que conheceu o novo secretário de saúde e agendou uma reunião com ele, para
79 discutir questões sobre o Conselho Municipal de Saúde. **III. Apresentação, discussão e**
80 **deliberação sobre o Plano de Ações e Metas 2013, do Programa Municipal DST/AIDS de**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 **Campinas:** a Dra. **Cláudia Barros**, coordenadora do PMDST, apresentou as prestações de
82 contas técnicas do PAM DST/AIDS 2012 e a proposta do PAM DST/AIDS 2013, com um
83 recurso previsto de R\$ 4.876.515,74 (quatro milhões, oitocentos e setenta e seis mil,
84 quinhentos e quinze reais e setenta e quatro reais). Abertas as falas, o conselheiro
85 **Trombetta** falou que o PAM chegou ontem e, por 02 (dois) votos favoráveis (Sr. **Severino** e
86 Sr. **Luís**), 01 (um) voto contrário (Sr. **Trombetta**) e 01 (uma) abstenção (Sra. **Wilma**), o
87 Conselho Fiscal de Saúde exarou parecer favorável ao PAM do PMDST/AIDS apresentado. A
88 conselheira **Wilma** justificou seu voto alegando que o projeto é bonito e necessário, mas se
89 absteve devido ao fato do projeto não ser totalmente executado por falta de funcionários. O
90 conselheiro **Severino** falou que o mecanismo de cobrar mais funcionários deve ser
91 direcionado à Prefeitura e não ao PAM, especificamente. O conselheiro **Xavier** falou sobre
92 ter o recurso e o mesmo não ser gasto. Questionou porque isso ocorre, em uma situação
93 onde a Saúde tem carência de verbas. Falou que existe um grande desperdício de material,
94 em outros PAMs, em situações como eventos no Carnaval. Afirmou que verificou a mudança
95 no PMDST/AIDS, para melhor, com a mudança da coordenação. Questionou quem fiscaliza
96 as ONGs em eventos realizados em períodos noturnos. O conselheiro **Mariante** parabenizou
97 a equipe do PMDST/AIDS, pelo trabalho realizado e pelas propostas apresentadas. Falou que
98 toda a Saúde Pública passa por um processo de desmonte e privatização, em todos os seus
99 quadrantes. Falou que, no caso da AIDS, existem componentes próprios, como a questão do
100 preconceito, que mata todo dia. Defendeu que esse trabalho é uma luta política contra o
101 preconceito e que esses recursos são muito necessários, mesmo que a doença esteja caindo
102 ou estabilizada. Falou que o PAM apresenta proposta dentro do necessário, com propostas
103 moderadas. Falou que, quando apresenta um relatório contendo ações que não foram
104 realizadas, não se trata de um demérito e sim de algo positivo, pois mostra o que deve se
105 fazer acontecer, com lutas políticas para obter mais recursos. Falou que este trabalho
106 noturno deve acontecer e se expandir, pois trabalha com pessoas em situações de
107 fragilidade e vulnerabilidade para o HIV/AIDS. O conselheiro **Edison** parabenizou toda a
108 equipe pelo trabalho realizado e defendeu a necessidade da sua ampliação. Falou que a falta
109 de funcionários afetou toda a SMS, mas que este programa sobrevive graças ao empenho e
110 dedicação de toda a equipe. Falou que é muito importante Campinas ter um programa como
111 este. O conselheiro **Trombetta** falou que votou contrário, não por ser contra ao PAM, mas
112 como forma de protesto, pois trata-se de um recurso envolvido elevado, onde as (os)
113 profissionais do sexo têm orientações em todos os anos que se passaram. Lembrou que
114 solicitou, inclusive em outras apresentações de PAM, que estes trabalhos de prevenção
115 sejam expandidos para portas de fábricas, onde as pessoas não tem formação nenhuma no
116 assunto. Sugeriu que o CMS produza uma moção solicitando que esse trabalho de prevenção
117 seja expandido e que não seja focado somente para os profissionais do sexo. A conselheira
118 **Marlene** parabenizou a equipe e falou que, em seu trabalho, é uma usuária do AMDA. Falou
119 que existe muita variação na ocupação das Casas de Apoio e que escuta muitas reclamações
120 sobre isso. Solicitou esclarecimentos sobre o repasse de verbas para as Casas de Apoio,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 principalmente quando a entidade tem uma baixa ocupação de leitos e deve manter o
122 mesmo quadro de funcionários. A conselheira **Maria Helena** falou que viu dois comentários
123 na televisão que a incomodou muito. Falou que viu o grupo Amizade e a RNP+ declarando,
124 na televisão, que a SMS cortou os seus repasses, gerando desassistência. Lembrou que as
125 verbas foram cortadas por não cumprirem as exigências do Ministério da Saúde. A
126 conselheira **Raquel** falou sobre a importância deste trabalho e que precisa ter cuidado e
127 acolhimento de forma humanizada. Sugeriu que a prevenção, neste nível, que visa à
128 minimização de uma situação já instalada para um usuário ou que visa à redução da
129 transmissão do vírus, seja voltada e focada nas escolas, trabalhando de forma integrada com
130 a saúde e educação. Afirmou que muitos adolescentes não têm participação em programas
131 de prevenção. A Dra. **Cláudia Barros** afirmou estar feliz com as colocações e com a
132 lembrança da luta e empenho de sua equipe. Afirmou que, ano a ano, o PMDST/AIDS vem
133 conquistando mais espaço e qualificação nas discussões no CMS. Explicou que foi essencial a
134 participação de toda sociedade civil, juntamente com os técnicos, na construção dos
135 programas de prevenção ao HIV/AIDS. Lembrou que a construção do programa ocorreu nas
136 bases do SUS. Afirmou que ocorrem problemas na gestão da saúde quando o estado utiliza a
137 “terceirização” do que deveria ser a função do estado para uma ONG. Falou que ocorreu
138 uma distorção e uma confusão de papéis, devido ao interesse governamental de passar as
139 suas obrigações para as ONGs. Afirmou que a prevenção é obrigação dos órgãos públicos,
140 que deve ser laico e garantir os direitos de todos os usuários, defendendo a equidade.
141 Lembrou que a equidade diz que deve se fazer mais para quem é mais atingido e não nivelar
142 todos. Falou que muita gente que construiu esse processo cansou ao longo do caminho
143 percorrido, devido às preconceitos, como o expresso por um vereador que classificou o
144 público atendido pelo PMDST/AIDS como “bizarros”. Falou que, em muitos lugares, a
145 prevenção foi terceirizada. Explicou que o PMDST/AIDS possui muitos parceiros. Esclareceu
146 que não é possível garantir que uma travesti passe em um concurso público, mas que é
147 necessário que tenha uma travesti para trabalhar com esse público, necessitando da
148 participação de ONGs. Defendeu que sejam repostos os funcionários que foram desligados
149 pelo encerramento do convênio com o Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”. Explicou
150 que a assistência é obrigação do estado, sendo papel das ONGs auxiliar o programa naquilo
151 que não é possível o programa municipal realizar. Respondeu que os adolescentes e jovens
152 de escola são um dos pilares do edital de prevenção, mas que demanda um grande
153 investimento e quadro de recursos humanos adequado. Defendeu ser importante que todos
154 entendam que nem todos os projetos realizados têm bons resultados, necessitando a
155 monitoração do que é executado, mas que para isso, faz-se necessário um quadro de
156 recursos humanos adequado. Explicou que o recurso que não foi gasto ocorreu devido ao
157 entrave burocrático, que torna o estado obsoleto. Lembrou que, para comprar uma pilha, a
158 Saúde deve participar de uma licitação de toda a Prefeitura, demorando muito tempo.
159 Ressaltou que a dinâmica social é diferente, bem como o tempo da epidemia de HIV/AIDS.
160 Explicou que não existe uma lei para garantir a diária dos funcionários, por exemplo,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 necessitando de uma total revisão. Ressaltou que não é possível gastar os recursos do PAM
162 com situações como a descrita. Explicou que a ONG deve apresentar seu plano de trabalho
163 no momento do edital. Falou que, se o plano for aprovado, a ONG deve prestar contas, mas
164 que não pode sustentar todo o trabalho desta ONG. Sobre os casos estáveis, explicou que
165 existe uma prevalência de AIDS de 0,6%, mas que em populações mais vulneráveis, essa
166 prevalência fica em 12%. Falou que as fábricas e a construção civil é foco de trabalho do
167 PMDST/AIDS. Sobre o número de leitos das casas de apoio, afirmou que não existe uma
168 grande variação, onde ocorre uma pequena variação no período entre Natal e Ano Novo.
169 Explicou que o recurso do Ministério da Saúde é fixo, onde a casa de apoio recebe na
170 íntegra, conforme o seu convênio, ou seja, se a casa deve receber por vinte leitos, recebe
171 verbas do Ministério para manter os vinte leitos, para que não exista variação no quadro de
172 recursos humanos das entidades. Ressaltou que as verbas da Prefeitura são repassadas
173 conforme ocupação dos leitos conveniados. Explicou que os remédios não são fornecidos
174 pelas casas de apoio e, sim, pelo SUS. Ressaltou que as casas de apoio são equipamentos
175 sociais. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU o Plano de Ações**
176 **e Metas 2013, do Programa Municipal DST/AIDS de Campinas**, com 01 (uma) abstenção. A
177 conselheira **Wilma** declarou sua abstenção, sendo pela falta de funcionários, que acarreta
178 que o projeto não seja implantado em sua totalidade. **V. Apresentação, discussão e**
179 **deliberação sobre o convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Irmandade de**
180 **Misericórdia de Campinas:** a Sra. **Mônica**, do Departamento de Gestão e Desenvolvimento
181 Organizacional, informou o pleno do declínio do convênio com a Irmandade de Misericórdia
182 de Campinas, por motivo de não cumprimento dos planos de trabalho e das metas previstas.
183 Ressaltou que a própria entidade apresentou o declínio ao convênio. A conselheira **Wilma**
184 afirmou que o Conselho Fiscal de Saúde já vinha discutindo este convênio e realizando
185 denúncias do não cumprimento destas metas e irregularidades. Informou que o CFS exarou
186 parecer contrário, com 01 (uma) abstenção (Sr. **Severino**), à prorrogação deste convênio. O
187 conselheiro **Severino** declarou sua abstenção, alegando que não possui informações
188 suficientes para sua decisão. Afirmou que, quando se trata do fechamento de um convênio,
189 afeta os usuários, mesmo que a entidade não cumpra as metas em sua totalidade. Defendeu
190 que ocorra um debate com mais propriedade antes de encerrar o convênio, discutindo o
191 impacto que ocorrerá à população. A Sra. **Mônica** ressaltou que a própria entidade solicitou
192 o encerramento do convênio, por não conseguir cumprir as metas. A conselheira **Maria**
193 **Helena** lembrou que, quando este convênio foi aprovado, foi apontado o prazo de um ano,
194 com uma reavaliação em julho, que não foi possível realizar pela falta de documentos
195 enviados pela entidade. Ressaltou que a própria entidade não tem interesse em prorrogar
196 ou renovar este convênio. O conselheiro **Gerardo** falou que realizar uma reunião no dia 19
197 de dezembro, para discutir a questão do CHOV, é complicado. Solicitou que seja procurado
198 outro local para antecipar a reunião para o dia 12 de dezembro, para ter tempo hábil em
199 encaminhar as deliberações votadas na reunião. Solicitou que seja alterada a data. O
200 presidente **Porsani** informou que a gestão sinalizou que pode ser realizado no anfiteatro do



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 Clube Cultura. O conselheiro **Mariante** defendeu que o local seja mantido no perímetro
202 central. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a alteração da**
203 **data da reunião ordinária de dezembro**, por unanimidade. Após, o presidente **Porsani**
204 encerrou a reunião. Nada mais a ser tratado, eu, Maria Eliane Del Duque, lavro a presente
205 ata, assinando-a juntamente com os demais presentes.